

# ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ESPAÇO GEOGRÁFICO: PRIMEIRAS NOTAS SOBRE OS FIXOS E FLUXOS GEOGRÁFICOS DO ALGODÃO COLORIDO DA PARAÍBA

*Paulo Sérgio Cunha Farias<sup>1</sup>*

*Alcindo José de Sá<sup>2</sup>*

## Resumo

A agricultura, e em especial a pequena produção agrícola, longe de se ser um setor secundário na assim chamada economia pós-moderna, neoliberal, técnica-científica-informacional, faz parte imprescindível da sua engrenagem. Todavia, como um setor autosubsistente, ou marginal no processo de acumulação, mas nó de uma rede no sistema produtivo do capitalismo global. Este artigo tenta mostrar como o cultivo do algodão colorido, espécie rústica trabalhada em laboratório, através de técnicas sofisticadas pelo Estado, é difundido no interior da Paraíba para cultivo em pequenas propriedades familiares e vendido para novos nichos pós-modernos de lojas de artigos oriundos de produtos orgânicos.

**Palavras-chaves:** Agricultura, modernidade, pós-modernidade, algodão colorido na Paraíba

## Abstract

Agriculture and especially small scale agrarian production, far from being an accessory sector at the so-called post-modern neo-liberal techno-scientific informational economy, plays a fundamental role as part of its mechanisms. In spite of being a self-subsistence or marginal sector, within the context of the accumulation process, it still represents a hub within the network of global capitalism productive system. This essay aims at showing how the production of colored cotton, a laboratory manufactured rustic species, by the usage of sophisticated State induced techniques, has become widespread in the country side of the State of Paraíba, for cultivation in traditional small family based properties, but marketed at new post-modern organic-oriented niches.

**Keywords:** Agriculture, modernity, post-modernity, colored cotton in the State of Paraíba

## Introdução

Este artigo constitui-se em uma primeira tentativa de análise e síntese dos fixos e fluxos geográficos da produção do algodão colorido na Paraíba. Visa, também, a compreender os rebatimentos sócio-espaciais na sua cotonicultura, provocados pela praga do bicudo e pela inserção do Brasil na economia globalizada.

---

<sup>1</sup> Doutorando em geográfica pelo PPGEO/UFPE

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE.

Em tese, os sistemas de objetos e ações criados pela/para a produção do algodão colorido devem ser analisados no contexto da busca de alternativas para a crise da cotonicultura e da indústria têxtil da Paraíba, como também se revestem em uma tentativa de se produzir nesse Estado uma singularidade/particularidade frente à competitividade dos mercados do algodão branco em escala nacional e global.

As mudanças no regime de acumulação capitalista, nomeadas por HARVEY (1998) de “transição do fordismo para o regime de acumulação flexível”, bem como o advento da crise ambiental e a valorização das diferenças culturais, e os seus impactos sobre os espaços nacional e regional, abrem as possibilidades históricas e geográficas para a emergência do sub-espaço paraibano voltado à produção de variedades coloridas de algodão, bem como a sua integração solidária com outros lugares, inscrevendo territorialmente o seu circuito espacial de produção e seus círculos de cooperação.

As páginas que se seguem constituem-se em uma tentativa de correlacionar esses eventos e escalas, porém, em virtude da pouca disponibilidade de informações mais sistematizadas, tendo em vista que a pesquisa se encontra no início, corremos o risco de omitir alguns dados, o que, todavia, não invalida esta primeira busca de sistematização.

### **Acumulação Flexível, Questão Ambiental e Valorização das Diferenças : possibilidades para a emergência dos fixos e fluxos geográficos do algodão colorido**

Segundo HARVEY (1998), embora as coisas não sejam tão claras e diretas em algum lugar quanto os esquemas interpretativos sugerem, embora as regras básicas do capitalismo (a produção em função do lucro como princípio organizador básico da vida econômica e a contenção das crises do capitalismo) continuem a operar como forças plasmadoras e invariantes do desenvolvimento histórico e geográfico, a partir de 1973, esse modo de produção entra numa fase de transformação – transição ou reparo temporário, com a passagem do fordismo para a acumulação flexível, cabendo-nos nessa reflexão tentar esboçar algumas das suas características básicas e buscar as suas relações com o surgimento dos espaços voltados à produção do algodão colorido na Paraíba.

Na transição do fordismo à acumulação flexível, a economia de escala – baseada na produção em massa de bens homogêneos para o consumo de massa – vem sendo substituída pela economia de escopo – baseada na produção em pequenos lotes e a preços baixos para um mercado que solicita produtos diferenciados. “Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo de inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercados altamente especializados e de pequena escala” (HARVEY, op. cit., p. 148). Para o referido autor (idem, ibidem), em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência das empresas. Por sua vez, foi necessário reduzir o tempo do giro do capital – primordial à lucratividade capitalista - através do uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (gerenciamento de estoque ‘*just-in-time*’), que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo. Para acompanhar a aceleração do tempo de giro da produção foi necessário reduzir o tempo de giro do consumo, com a redução da meia vida dos produtos pela metade, como, por exemplo, está ocorrendo nos setores têxtil e do vestuário, cujos produtos no período fordista, tinham uma meia vida de cinco a sete anos, sendo esta reduzida para a metade na produção flexível.

Considerando, ainda, o ponto de vista de HARVEY (idem, ibidem) podemos afirmar que

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

No nosso entendimento, a passagem das economias de escala (fordismo) para as economias de escopo (produção flexível) abre as possibilidades para o aproveitamento econômico do algodão colorido paraibano e, conseqüentemente, à formação do seu circuito espacial de produção e dos seus círculos de cooperação<sup>3</sup>, já que a sua produção em pequena escala visa a atender nichos de mercado, tanto interno quanto externo. Os nichos de mercado que consomem os produtos fabricados com as fibras do algodão colorido surgiram ou ganharam conotação no contexto das mudanças ocorridas a partir do final dos anos sessenta e início dos anos setenta do século passado e foram fomentados por duas questões: a ambiental e a da defesa da diversidade cultural. Tais movimentos, para nós, alimentam, também, a nova estética à qual David Harvey faz referência e que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Para GONÇALVES (1982), fundamentado no materialismo histórico e dialético e situando a questão ambiental dentro das contradições estruturais do capitalismo, o problema ecológico não é recente. Em 1844, F. Engels já a abordava em seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora Inglesa”, no qual denunciava as condições de insalubridade dos espaços de moradia da classe operária na Inglaterra. Para o referido autor (op. cit., p. 222), hoje, quando o capitalismo se aprofundou e a poluição já não atinge somente a classe operária, mas também os segmentos da pequena burguesia - a chamada classe média -, a degradação da natureza ganha espaço nos jornais, nas emissoras de rádio e televisão, invadindo, através do discurso, todos os cantos, produzindo todo o estardalhaço sobre o tema. Em sua visão, se tivéssemos visitado as favelas e os bairros periféricos de

---

<sup>3</sup> De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira, os circuitos espaciais de produção são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território. Em outras palavras, estas seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final, envolvendo, assim, de forma inseparável, indivisível e indissolúvel as instâncias da produção: a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo. Os referidos autores, ao analisarem o processo de produção atual em suas etapas, chamam a atenção para a sua crescente segmentação territorial, o que intensifica as trocas e as relações entre as regiões, intercâmbios estes cada vez mais freqüentes e espessos e que não são obrigatoriamente entre áreas contíguas, realizando-se não obrigatoriamente com a cidade próxima, às vezes sendo mais intensos com cidades longínquas, inclusive do exterior. Daí, para esses autores, a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais de produção. Por outro lado, como nos apontam os mesmos autores, no período presente esse movimento é comandado sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, mas, de capitais, normas, informações, mensagens e ordens, reunindo, assim, o que o processo direto de produção separa em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento dos seus círculos de cooperação. Dessa forma, ainda segundo os autores referidos, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial. Ver SANTOS (1997 e 1999) e SANTOS e SILVEIRA (2001).

nossas cidades há cerca de 20 ou 30 anos<sup>4</sup>, veríamos que o problema, de fato, não é recente, nem é simplesmente um problema ecológico.

Ao criticar os resultados do progresso consubstanciado na união entre a razão e o dinheiro, projeto que começou com o Renascimento e com o Iluminismo, SÁBATO (1993), no começo dos anos de 1940, já denunciava os problemas ecológicos como produto das técnicas que o homem inventou para dominar a natureza e chamava a atenção para o fato de ele ter perdido o controle sobre elas. Enfatiza, no seu premonitório livro “Homens e Engrenagens”, toda a barbárie que resultou do casamento entre a ciência e a busca do lucro como fim último: fome, pestes, guerras, desequilíbrio entre o homem e o seu meio, ameaças de extinção de todas as formas de vida etc. Apesar de não se propor a analisar essa temática, suas reflexões revelam o seu pioneirismo na abordagem da questão ambiental.

Apesar das discussões em torno da questão ambiental não serem recentes, parecem-nos que ela se torna um problema central para as sociedades a partir dos fins dos anos sessenta do século XX. Isso ficou evidenciado através da realização da primeira conferência mundial sobre o meio ambiente em Estocolmo em 1972, repetida no Rio de Janeiro em 1992. Acreditamos que os questionamentos sobre o paradigma das relações entre a sociedade e a natureza da modernidade - apesar das boas intenções de alguns “precoces” grupos de ambientalistas e as reflexões de alguns estudiosos que denunciaram as práticas predatórias desse modelo - inserem-se no conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas em curso desde as últimas três décadas do século passado.

A tese de que a questão ambiental compõe os nexos do que chamam de transição na trajetória histórica do desenvolvimento global sócio-econômico e geográfico atual é defendida pelos geógrafos britânicos Tim Bayliss-Smith e Susan Owens, ao afirmarem que:

Ao contrário, a crença de que estamos atravessando uma transição primordial na trajetória histórica do desenvolvimento global sócio-econômico e geográfico é agora amplamente aceita. A dramática reviravolta, a reestruturação e a desestabilização do capitalismo mundial; a crescente globalização da produção, das finanças, e até da cultura; o colapso do socialismo de estado na Europa Oriental e Central; o ressurgimento de regionalismos e localismos étnicos e sócio-políticos; a busca por novos sistemas nacionais e internacionais de regras econômicas; a ênfase crescente no ambientalismo<sup>5</sup>: estes e outros grandes acontecimentos de nossos tempos são interpretados por muitos como o indício do declínio da velha ordem e a cristalização de uma nova ....(BAYLISS-SMITH e OWENS, 1996, p. 12).

Ao discutir sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira no atual momento de reestruturação do capitalismo, Bertha Becker considera, em nosso ponto de vista, a questão ecológica como um dos elementos que ganham conotação na chamada transição do fordismo à acumulação flexível. Nas suas palavras:

O modelo de desenvolvimento sustentado [alternativa ao paradigma anterior ou metáforas do capitalismo?] e o significado da Amazônia só podem ser compreendidos no contexto histórico da nova ordem em construção sob a aparente desordem global, que é fruto do esgotamento dos modelos vigentes

---

<sup>4</sup> As reflexões do autor datam do início dos anos 80 do século passado.

<sup>5</sup> Grifos nossos.

desde o segundo pós-guerra. Esgota-se o padrão técnico-econômico que privilegiou a produção seriada em grande escala e resultou em contra-produtividade econômica e social, expressa nos problemas sociais e ecológicos. Esgotam-se os mecanismos de regulação da economia. Esgotam-se as últimas reservas territoriais para externalização do custo do desenvolvimento e da dominação política [Esgotam-se as bases de acumulação e regulamentação próprias do fordismo/keinesianismo?]. Novas solidariedades de base territorial emergem em diferentes escalas, significando tendência à fragmentação dos Estados nacionais. Trata-se, enfim, de perda do controle ao nível econômico, ecológico, social, político e territorial, e do reconhecimento de limites nos modelos existentes. É nesse contexto de instabilidade que emerge um novo padrão de produção e de gestão como tentativa de ordenar a ‘desordem’ (BECKER, 2002, p. 47).

A geógrafa Maria Adélia A. de Souza é outra estudiosa que apreende a questão ambiental dentro das mudanças no regime de acumulação e nas formas de regulamentação social e política sob o capitalismo. A referida autora (2003, p. 1), ao criticar que a Universidade assumiu apressadamente os conceitos de sustentabilidade e do ambiental, importando-os das agências internacionais, sem ter tornado pública uma discussão teórica mais consistente. Deduz-se este quadro como resultado de um capitalismo em busca de reciclagem a partir das três últimas décadas do século XX. Isso reforça a nossa idéia de que a questão ambiental se encorpa e abre as possibilidades para a criação de nichos de mercados consumidores dos produtos derivados do algodão colorido no exato momento da supra-referida transição.

Boaventura de Sousa Santos, em instigante reflexão, considera a degradação ambiental como um dos problemas fundamentais atuais do que chama de espaço-tempo mundial; os outros são a explosão demográfica e a globalização da economia. Em virtude da crise dos movimentos emancipatórios que se fundamentavam em torno do trabalho, tendência do processo de transição do fordismo à acumulação flexível, o referido autor (2005, pp. 43-44) aponta que, no mundo do presente, a única utopia realista é a ecológica e democrática, classificando-a de caótica porque não tem um sujeito histórico privilegiado como as utopias emancipatórias [anarquistas e socialistas]. Afirma, porém, as dificuldades para a sua realização

Porque [isso] pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna (SOUSA SANTOS, *idem*, *ibidem*).

CASTORIADIS (1992, p. 81), em uma crítica bastante sugestiva da racionalização das sociedades ocidentais, na qual expõe o poder da tecnociência na artificialização da natureza, através de técnicas e do conhecimento científico, alerta para a falta de controle sobre os resultados aferidos, chamando a atenção para os impactos dessa manipulação sobre a dinâmica da Terra. Entre esses impactos, lista como os mais preocupantes o desaparecimento acelerado dos recursos biológicos, empurrando outras espécies à extinção, inclusive a humana, e as perturbações no equilíbrio térmico da Terra, no seu regime hidrológico e meteorológico e nos grandes ciclos de metabolismo bioquímico. Denuncia a passividade completa, e mesmo condescendente, de todos diante de um decorrer de acontecimentos que os humanos querem crer que ainda lhes é benéfico, e o impoder de todos diante de acontecimentos cujas responsabilidades não podem ser

reclamadas a nenhum indivíduo. Ressalta que “a essa passividade há certamente exceções, como os movimentos ecológicos, sem falar evidentemente de alguns indivíduos isolados” (op. cit., p. 77). Para resolver esses problemas, o referido filósofo (op. cit., p. 88) acredita que “isso somente poderia ser feito sob condições de uma mudança radical na estrutura política e social dos países desenvolvidos...”

Na busca pela “semelhança familiar” entre a ecologia política e o marxismo – que em suas reflexões seriam o materialismo, o historicismo dialético e a orientação progressiva, o economista francês Alain Lipietz destaca, também, os movimentos ecológicos como os únicos que atualmente podem sustentar uma agenda emancipatória. Em suas palavras:

(...) Hoje, o único movimento que realmente pode reivindicar este tipo de agenda para transformar a realidade, com base na análise teórica, por meio da militância e da luta política é a ecologia política. E é assim que cada vez mais militantes e intelectuais, advindos do movimento trabalhista (de inspiração marxista) estão se encontrando no campo ecológico (LIPIETZ, 2002, p. 9)

Zygmunt Bauman, em sua análise sobre o sentido da comunidade no mundo atual, deixa-nos, sutilmente, algumas considerações sobre os ambientalistas como uma comunidade estética que, acreditamos, é afeita a consumir produtos diferenciados, produzidos em “moldes ecologicamente corretos” e que incorporam o discurso do verde, do combate à degradação ambiental, constituindo um verdadeiro modismo. Nas palavras do autor:

Nem todas as comunidades estéticas são centradas em ídolos. O papel da ‘celebridade na ribalta’ pode ser desempenhado por outras entidades, notadamente uma ameaça real ou imaginária, mas terrificante (por exemplo ..., [o] rumor de que as prateleiras dos supermercados estão cheias de alimentos geneticamente modificados com conseqüências desconhecidas para os consumidores) ... (BAUMAN, 2003, pp. 66-67).

Os questionamentos sobre a utilização predatória da natureza como recurso não modificaram, no todo, os objetivos da produção sob o capitalismo, que continuam se baseando no lucro, e para isso a reprodução do capital tem que ser acelerada, o que motiva a obsolescência crescente dos bens, alimentada pela máquina publicitária criadora de desejos, representada pelas mídias, o que torna inócua qualquer proposta de uso menos devastador dos recursos naturais. Porém, o surgimento da questão ambiental e de grupos ambientalistas que buscam bens produzidos em processos ditos “ecologicamente corretos” termina propiciando a formação de nichos de mercado que possibilitam o desenvolvimento de economias de escopo. Em outras palavras, o ambientalismo possibilita a criação de um mercado diferenciado, singularizado ou individualizado, cujas necessidades de consumo estimulam a formação de economias de escopo (FARIAS, 2005, pp. 4-5).

Por outro lado, as estéticas atuais relacionadas à etnicidade, ao gênero, aos grupos de idades, entre outras, possibilitam ao capital a mercadificação das singularidades, particularidades e diversidades relacionadas à cultura, ao feminino, ao masculino, às minorias sexuais, à criança, ao jovem, ao adulto ou ao velho. Tais especificidades, reais ou forjadas, são delineadas pelos apelos da publicidade, constituindo-se como um contraponto à estética homogeneizadora da cultura de massa do fordismo. Segundo BAUMAN (2003, p. 97), o reconhecimento [acadêmico] do pluralismo cultural é defendido pela teoria do multiculturalismo, que, no seu entender, trata-se do “novo descaso em relação à diferença”.

Seja como for, essa tendência, marcadamente inserida dentro dos processos que constituem o conjunto de mudanças que configuram a chamada transição do fordismo à acumulação flexível, funciona, também, como um elemento estimulador à formação de nichos de mercados consumidores dos produtos derivados do algodão colorido paraibano.

Os produtos (bolsas, sandálias, roupas, artigos de cama, mesa e banho, artigos de decoração etc.) são confeccionados em moldes que expressam os traços da cultura e da identidade territorial nordestinas, o que demonstra a mercadificação de formas culturais. O lançamento das coleções de produtos em cada estação, nos espaços dos Shoppings Iguatemi e Luisa Motta, em Campina Grande, constitui-se como espetáculo que insere os produtos nos circuitos da moda, configurando-se como mais uma evidência de que todos os esforços voltados à produção do algodão colorido na Paraíba revelam a força da estética atual como condicionante para a sua utilização econômica.

Sabemos que, na maioria das vezes, pela padronização imposta aos objetos fabricados, inventa-se uma tradição que, em grande medida, não faz parte da cultura do povo nordestino e, que a identidade territorial e os apelos aos elementos da sua natureza também podem ser forjados pela publicidade. Todavia, as palavras do estilista Ângelo Rafael Farias, que participa da elaboração das coleções do consórcio de confecções que usa o algodão colorido como matéria-prima, reproduzidas abaixo, reforçam essa tese, assegurando-nos que a estética pós-moderna<sup>6</sup>, que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais, está na conjuntura de possibilidades abertas à utilização do algodão colorido como matéria-prima industrial.

### **Alusão ao Barroco Sertanejo**

Encontrar beleza no contorno de uma janela colorida, portal quase surrealista de uma realidade que transforma um xique-xique em totem de adoração a qualquer deus ou antepassado que faça chover.

Procurar cheiro de barro molhado num céu azulado desprovido de nimbos.

Adorar as marcas de uma terra sulcada pelo tempo, pelo esquecimento e pela esperança.

Colher frutos e flores entre os espinhos de bromeláceas escondidas em fendas de granito escuro.

Fiar, tecer, criar e coser armaduras e envólucros para corpos que anseiam por proteção das intempéries do mundo moderno: estresse e descontentamento.

Colar sonhos de crochê, brincar com o macramé, sobre um manto que veio da natureza, já trazendo a cor da mãe terra; como que a envolver os que dela nasceram.

Essa foi a missão importante, da qual tive o privilégio de participar. A Coleção Natural Fashion é dedicada a todos os que amam a natureza.

---

<sup>6</sup> Não estamos aqui assimilando o termo pós-moderno como o período histórico subsequente à modernidade. Preferimos, usando as palavras de Boaventura de Sousa Santos (op. cit.), utilizá-lo para designar as transformações políticas, econômicas, sociais, culturais em curso desde os fins dos anos sessenta, por falta de outro termo para nomeá-las.

Ela Agradece (FARIAS, Ângelo R. In: Folder de Divulgação da Coleção Natural Fashion, s/d).

O papel da publicidade na “racionalização das subjetividades [que] em marketing se chama de criação dos conceitos” (ANTONGIOVANNI, 2003, p. 187) torna-se fundamental, já que é mediante as campanhas publicitárias que se associam os produtos confeccionados a partir do algodão colorido com os símbolos culturais e telúricos nordestinos e se difundem os parâmetros produtivos ditos “ecologicamente corretos” da obtenção das plumas coloridas sem a utilização de corantes químicos. “Esses conceitos são acompanhados de um elemento crucial: a produção de imagens, que passam a simbolizar uma atitude, um modo de vida que será realizado através do consumo do produto” (op. cit., p. 187), como fica bem claro nas palavras do referido estilista, reproduzidas acima e, na seqüência de fotos da próxima página.

Diante do exposto, percebe-se que o papel dos serviços publicitários e de marketing “tanto introduz quanto amplia a racionalidade no âmbito dos desejos e das vontades, configurando a psicosfera [que é], também, produto do artifício, delineando desejos, vontades e a criação de subjetividades” (op. cit., p. 188). Confirma-se, assim, a assertiva de SANTOS (1999; 2005) de que a psicosfera antecede ou acompanha a constituição do meio técnico-científico-informacional (tecnoesfera).

## Produtos Confeccionados com Algodão Colorido



Fonte- Folder de divulgação do Consórcio Natural Fashion (s/d).

O consumo de “trabalho imaterial” (LAZZARATO e NEGRI, 2001), representado nessa reflexão pelo conhecimento científico, pela publicidade e pelo marketing, suscita-nos a questionar a separação entre infra-estrutura e superestrutura delineada por MARX (2003) nos seus “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, tendo em vista que a publicidade, por exemplo, conforme sugere ANTONGIOVANNI (op. cit., p. 191), “... configurando-se como conjunto de imagens simbólicas das subjetividades contemporâneas, ... faz parte do processo produtivo, antecipando-se à própria produção ...”. Para SOUSA SANTOS (op. cit., pp. 37-38), a separação entre base –superestrutura é insuficiente, fato que nem o próprio Marx a sustentou integralmente nos seus estudos históricos. Segundo o referido autor (op. cit., p. 38), “tanto ele [Marx] como Engels, à medida que os anos passaram, foram dedicando um interesse crescente às interações recíprocas entre a base e a superestrutura, mais que à influência unilateral da primeira sobre a segunda”.

O consumo dos serviços publicitários e de marketing, que estão na base da produção do algodão colorido e produtos derivados, exemplifica outra especificidade do processo de transição do fordismo para a acumulação flexível: a crescente necessidade dos outros setores econômicos pelos mais diversos tipos de serviços. Aliás, a importância dos mais diferentes serviços, que está na ponta dos mais diversos tipos de consumo, corrobora a tendência do crescimento desse setor como uma das características marcantes desse

momento de mudanças no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política pelas quais têm passado as sociedades capitalistas.

Pelo exposto, o algodão colorido, por não necessitar de tingimento químico quando do seu processamento industrial nas indústrias têxteis e nas confecções, e amparado pelo apelo às especificidades culturais e da identidade territorial nordestinas para a confecção dos produtos produzidos a partir dos fios e tecidos produzidos com suas fibras, tem seu plantio e processamento industrial estimulados na Paraíba, com o intuito de atender à demanda existente ou criada de nichos de mercado representados por pessoas alérgicas a corantes sintéticos, grupos ambientalistas defensores da causa ecológica, além de crianças recém-nascidas e consumidores em busca das especificidades do artesanato regional, abrindo as possibilidades para que determinados agentes econômicos, amparados pelas ações de diversos órgãos do Estado, busquem na cadeia produtiva dessa variedade de malvacea formas alternativas de acumulação de capital (FARIAS, op. cit., p. 5).

Há que se considerar, também, que os esforços para a recuperação da cotonicultura no Nordeste e especialmente na Paraíba, após a praga do bicudo que devastou a cultura algodoeira da região nos anos de 1980, deparam-se com um momento de extrema competitividade nos mercados, tanto nacional quanto global. Em termos mundiais se sobressai a produção estadunidense, bastante modernizada e amparada por normas de proteção a exemplo das barreiras comerciais e pelos subsídios à produção, além da produção africana e asiática. No caso do espaço brasileiro, áreas com uma densidade técnica, científica e informacional muito mais elevada nas regiões Sul Sdeste e Centro-Oeste, e por isso muito mais produtivas, têm se destacado como as mais aptas para enfrentar a dinâmica da economia globalizada. Além disso, conforme nos relatam MOREIRA e TARGINO (1997), no caso da produção paraibana, outros Estados do Nordeste, devido aos investimentos públicos na cultura, estão relativamente mais preparados para enfrentar a competitividade dos mercados na atualidade (a exemplo dos cerrados baianos). Assim, incapacitada de participar, com vantagens competitivas e comparativas, dos mercados de algodão comum (branco) e tendo que se especializar produtivamente, a Paraíba vê no algodão colorido e nos nichos de mercado existentes atualmente a oportunidade de se inserir na divisão territorial do trabalho atual da cotonicultura nacional e mundial (op. cit., p. 6).

O avanço das variáveis do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1998; 1999 e 2005) na agricultura possibilitou que as descobertas nos campos da biotecnologia e da engenharia genética fossem utilizadas para melhorar a produtividade, as características das fibras e o cruzamento de espécies de algodão colorido, permitindo, assim, a sua utilização econômica.

Estabelecidas as condições históricas apontadas anteriormente, foram dados os passos no sentido de tornar as variedades coloridas de algodão comercializáveis. O primeiro impulso nesse sentido foi o interesse de empresários têxteis japoneses, em visita à EMBRAPA em 1989, pelas fibras desses algodoais (EMBRAPA, 2000).

Dispondo de amostras de algodoais coloridos em seus bancos de germoplasma, coletadas de algodoeiros asselvajados nos Seridós da Paraíba e do Rio Grande do Norte em 1984, a EMBRAPA iniciou os trabalhos de melhoramento genético visando a potencializar a sua utilização econômica. Inicialmente foi efetuada uma avaliação da produtividade e das características das fibras de 11 acessos de algodão arbóreo colorido existentes no banco de germoplasma. Contatou-se que as fibras eram excessivamente finas; a resistência era muito fraca, o que impossibilitava sua industrialização em feições modernas, que exigem

algodões de alta resistência; as fibras eram também de baixa uniformidade e a produtividade no nível do campo variava de 294 a 1.246 Kg/hectares (EMBRAPA, 2000).

Foi colocado como objetivo do programa de melhoramento elevar a resistência, finura, comprimento e uniformidade das fibras, bem como estabilizar a sua coloração nas tonalidades creme e marrom, e elevar a produtividade no nível do campo. Utilizou-se inicialmente o método de seleção individual com testes de progênies; posteriormente o método de hibridação, seguido de seleção genealógica, para a obtenção das variações nas tonalidades de cores. A partir de 1996 foram incluídos nas pesquisas algodões de coloração verde e procuradas novas combinações de cores, através de cruzamentos de algodões marrom, creme e verde. Refletindo o estágio atual de racionalização dos produtos e da produção, nos últimos três anos da década de 1990 foram estudadas 21 progênies, 35 novas linhagens e 22 linhagens do algodão colorido nos municípios de Patos e Monteiro, na Paraíba, e Touros, no Rio Grande do Norte (EMBRAPA, 2000). Em 1997 foram realizados testes com tecidos de malha e produzidas 50 camisetas para a avaliação da qualidade do tecido a partir do algodão colorido nordestino. A malha e os testes industriais foram processados no SENAI/CERTEX em Paulista-PE (EMBRAPA, 2000).

Nos anos de 1998 e 1999 foram efetuados testes de desempenho na fiação e tecelagem no SENAI/CERTEX e na EMBRATEX, comprovando-se a adequação do algodão colorido ao processamento têxtil em fiações modernas de alta velocidade de rotores (EMBRAPA, 2000).

Em 2000 a pesquisa encontrava-se na fase de aumento de sementes e lançamento da cultivar BRS 200<sup>7</sup>. As sementes foram multiplicadas, inicialmente, “em condições de polinização livre, em áreas da EMBRAPA nos municípios de Touros-RN, Patos-PB e Missão Velha-CE. No segundo semestre de 2000, as sementes da variedade citada foram multiplicadas em campos de cooperados da EMBRAPA/SNT, nos vales dos rios Piranhas (região de Catolé do Rocha) e Piancó (região de Itaporanga)” (BELTRÃO, 2000, p. 241). Nos anos que se seguiram foram lançadas no mercado, após os trabalhos de cruzamento e melhoramento genético, as cultivares BRS verde, em 2003, BRS rubi e BRS safira, as duas últimas no ano de 2005.

Comprovando “o papel da organização e dos processos de regulação na constituição das regiões” (SANTOS 1998, p. 51), o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento definiu como região indicada para o plantio do algodão colorido a zoneada para o algodoeiro arbóreo no Nordeste, envolvendo áreas dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba (EMBRAPA, 2000). Na Paraíba, a EMBRAPA e a Secretaria Estadual da Agricultura delimitaram o Seridó, o Curimataú e a microrregião de Patos como territórios propícios para o uso com as cultivares coloridas de algodão. Nessas regiões do Estado, os municípios que concentram a produção, especialmente da variedade BRS 200, são: “Areia de Baraúnas, Baraúna, Cacimba de Areia, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Junco do Seridó, Mãe D’água, Nova Palmeira, Passagem, Patos, Pedra Lavrada, Picuí, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São José das Espinharas, São Mamede, São Vicente do Seridó, Tenório e Várzea” (www.cnpa.embrapa.br/publicações, 2004). Para PINHEIRO (2003, p. 11), “o número de produtores envolvidos é de 252, numa área plantada equivalente a 516,35 hectares”. Hoje, segundo dados não oficiais, a área plantada equivale a 5000 hectares.

---

<sup>7</sup> Nomenclatura utilizada pela EMBRAPA para nomear a variedade creme/marrom do algodão colorido.

A produção direta do algodão colorido no campo é feita por micro e pequenos agricultores. Nessa etapa, o sub-sistema de objetos e ações é caracterizado pela presença de pequenas propriedades e pelas relações sociais de produção pautadas no trabalho familiar (FARIAS, op. cit., p. 9). Segundo PINHEIRO (op. cit., p. 11) há uma forte presença do trabalho feminino na colheita, além do trabalho infantil no combate à praga do bicudo, principalmente na cata dos botões que caem (onde a fêmea deposita os ovos). Aliás, para o referido autor (op. cit., p. 9) há um grande “envolvimento do trabalho feminino [em todo o sistema de ações do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação dessa malvacea na Paraíba]”.

A orientação dos agricultores é realizada por técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural treinados pela EMBRAPA (op. cit., 7), instituição que também auxilia o produtor rural do algodão colorido, orientando-o nas etapas do plantio, colheita, beneficiamento, armazenagem, transporte etc.

Cabe à Cooperativa de Produtores de Algodão de Patos (CAMPAL) transportar, armazenar e beneficiar o algodão colorido em caroço, produzido no campo pelos agricultores. Devidamente beneficiado, o algodão (plumas) é transportado para os lugares da fiação e tecelagem.

Em princípio, a fiação era realizada pela Embratex (empresa do grupo Coteminas) fixada em Campina Grande; porém, esta empresa mostrou desinteresse em continuar desenvolvendo essa etapa do processo, devido a sua produção ser em pequena escala, não cobrindo os gastos com essa operação (PINHEIRO, op. cit., p. 7). Atualmente essa etapa da produção é executada pela empresa Entrefios, também localizada em Campina Grande (COOPNATURAL, p. 5).

A tecelagem plana é executada pela empresa têxtil Ribeiro Chaves, em Sergipe, já que na Paraíba na existe esse tipo de tecelagem. Na referida empresa são fabricados o brim (para a confecção de calças), o linhão (usado em bermudas) e a tricoline (para camisas). Em relação à malharia, é toda feita na Matesa de João Pessoa. Dessa empresa vêm o piquet canelado, o moletom, a meia malha e a ribana (COOPENATURAL, p. 5).

A etapa da fiação é a que vem apresentando mais deficiência no circuito espacial de produção do algodão colorido. Em vista disso, a Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE), criada em 1999 pela prefeitura municipal de Campina Grande, vem se articulando com outras entidades, como o SENAI, para a instalação de uma fiação nesse município (PINHEIRO, op. cit., p. 7).

Através das articulações da AMDE, foi fundado, em 2000, o Consórcio Natural Fashion, com o objetivo de fortalecer as empresas têxteis e de confecções da cidade de Campina Grande para enfrentar a concorrência acirrada no mercado externo. “Com essa pretensão, membros do consórcio buscaram um produto que pudesse servir como diferencial competitivo para o grupo de empresas: o algodão colorido” (COOPENATURAL, p. 1).

Contando inicialmente com dez empresas, inclusive algumas famosas no Estado, a exemplo da Gypsy, Trappo, Cosmos Jeans e Terral Circuito Alternativo, o consórcio cresceu e foi necessária a criação de uma cooperativa de produção para que a entrada de novos parceiros e a comercialização crescente dos produtos fossem viabilizadas. Hoje, a CoopNatural conta com 35 cooperados, sendo 25 fabricantes do setor têxtil, mais especificamente, confecções femininas, masculinas, infantis, de decoração e acessórios a partir do algodão colorido (COOPNATURAL, p. 1).

As peças produzidas com os fios e tecidos derivados do algodão colorido recebem um acabamento artesanal em bordado ou crochê, feito através do trabalho terceirizado de artesãos cooperados, de clubes de mães, de sociedades de amigos de bairro e autônomos.

O design das coleções de produtos é realizado por estilistas e equipes do Laboratório do Vestuário do SENAI, em Campina Grande. Cabe à CoopNatural a comercialização da produção com a marca Natural Fashion para diversas lojas espalhadas por várias cidades do país e, inclusive, para algumas nos EUA e em Portugal. Em Campina Grande existem duas lojas que comercializam roupas e outros produtos produzidos pela CoopNatural: uma no Shopping Luiza Motta, outra no Iguatemi.

Outras empresas estão iniciando seus negócios com o algodão colorido, fabricando roupas de banho e roupas comuns para vender em grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Existem várias pequenas indústrias na Paraíba que compram o fio colorido ou a fibra, neste caso terceirizando a fiação, e confeccionam várias peças como tapetes, redes, jogos americanos, mantas, entre outros, para vender no próprio Estado e nos Estados vizinhos (COOPNATURAL, pp. 3-4).

Refletindo a importância atual das técnicas que possibilitam a “compressão espaço-tempo” (HARVEY, op. cit.), recentemente a EMBRAPA criou um portal na Internet para facilitar as relações entre os agentes sociais que participam do circuito espacial de produção do algodão colorido. Isso facilita a circulação de informações, de ordens e mensagens, “unificando o que o processo de produção direto de produção separa em diversas etapas e lugares, mediante o aparecimento dos seus círculos de cooperação” (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Segundo BELTRÃO (2004, p. 241), “o Estado da Paraíba criou, inclusive, [para reforçar os círculos de cooperação entre os agentes e lugares distribuídos por todo o circuito espacial de produção do algodão colorido], um instituto denominado Casaca de Couro, cujo objetivo é ordenar e cuidar da sincronia entre todos os elos da cadeia desse tipo de algodão, indo do agricultor até a indústria de confecção, e um sindicato especial denominado Sindvest, que apóia a referida atividade no município de Campina Grande”.

A existência de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação como do algodão colorido paraibano confirmam a assertiva de HARVEY (op. cit.), segundo a qual, no momento atual do capitalismo, ao lado dos grandes negócios corporativos, surge e prolifera-se uma grande gama de pequenos negócios.

Os papéis da AMDE (coordenação, apoio e integração dos diversos agentes sociais e lugares), da EMBRAPA (criação e aumento das sementes, orientação dos agricultores e integração das etapas da produção), da EMEPA<sup>8</sup> (aumento das sementes) e da EMATER<sup>9</sup> (distribuição das sementes e orientação ao agricultor) ao fomento da produção do algodão colorido, põem por terra a idéia tão difundida de Estado mínimo, base do discurso neoliberal, pois sua participação na criação das condições necessárias ao capital privado continua notável, o que é bastante visível no desenvolvimento da atividade econômica aqui enfocada. Ademais, o modo de regulamentação social e política do Estado neoliberal, correlato do regime de acumulação flexível, pautado na chamada desregulamentação, tem permitido ao Estado justificar a sua ausência das questões relativas ao campo do social. Para o capital fluido atual, é o Estado quem regulamenta as fusões das empresas, retira as barreiras para a circulação do capital financeiro, destrói direitos e garantias trabalhistas que

---

<sup>8</sup> EMEPA – Empresa Paraibana de Pesquisas Agropecuárias.

<sup>9</sup> EMATER – Empresa Paraibana de Extensão Rural.

permitem formas de exploração do trabalho do tipo flexível, temporário e subcontratado, entre outros. Assim, o Estado atual desregulamenta regulamentando.

Em conformidade com ANTUNES (op. cit., p.27), outra tendência da transição do fordismo à acumulação flexível é a da passagem da empresa verticalizada – com ampla área de atuação produtiva – para a empresa horizontal – com ampla utilização da subcontratação e da terceirização. Embora nos falte uma base empírica consistente, nossa hipótese é a de que a produção do algodão colorido na Paraíba, pela distribuição das funções entre os agentes produtivos, apresenta-se com um perfil empresarial horizontal, o que reforça os nossos argumentos de que as mudanças em curso no regime de acumulação capitalista e no modo de regulamentação possibilitaram a sua concreção como atividade econômica. Como mostramos em passagens anteriores deste texto, a distribuição da produção de elementos básicos (fibras, plumas, fios, tecidos, bordados, crochê) à confecção final envolve toda uma rede de fornecedores de produtos, bens e serviços, na qual a terceirização e a subcontratação propagam-se intensamente.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho que acompanhou as mudanças na organização industrial, outro dado a evidenciar a transição em questão, expressa-se na perda de importância do trabalho regular (fabril, fortemente sindicalizado e pertencente à força de trabalho monopolista). Isso permite que sistemas de ações/relações sociais mais antigas de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalistas ('padrinhos', 'patronos' e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, agora como peças centrais e não apêndices do sistema produtivo (HARVEY, op. cit., p.145).

Mesmo considerando que alguns sistemas de ações/relações sociais de produção antigos sempre foram importantes na Paraíba (a exemplo do familiar, alugado e artesanal), levantamos aqui a hipótese de que no sistema de ações manipulador do sistema de objetos voltado à produção do algodão colorido, além do empregado regular dos setores têxteis e de confecção, persistem e florescem formas de relações de trabalho antigas, tais como: o trabalho familiar e alugado (no campo), o trabalhador cooperado (no beneficiamento e transporte), os atravessadores (na comercialização do algodão colorido em caroço), os artesãos cooperados, associados a clubes de mães e sociedades de amigos de bairro, e os autônomos (nos bordados e crochês), que desenvolvem suas ações nas sedes das cooperativas, dos clubes de mães, das sociedades de amigos de bairros e no espaço domiciliar.

Se no fordismo a organização do trabalho era (é) bastante parcelada, hierarquizada e exposta a um profundo processo de desabilitação que refletia(te) a separação entre a gerência, a concepção, o controle e a execução no processo de trabalho, no atual momento da sua transição à acumulação flexível, parece-nos que toda essa segmentação passa a coexistir com o trabalho “realizado em equipe, prenúncio do rompimento com o caráter parcelar típico do fordismo” (ANTUNES, op. cit., p. 26).

Não dispomos, nesse estágio de pesquisa, de evidências empíricas que nos permitam correlacionar tais características às formas de organização do trabalho nos setores têxtil e de confecções onde as fibras do algodão colorido são manipuladas e transformadas em fios, tecidos e produtos de consumo. A única evidência aparente é a de que o design dos produtos feito pelo Labvest ocorre separado das etapas da gerência, do controle e da execução da produção, realizadas nos espaços das confecções que participam da CoopNatural. Porém, para GORZ apud ANTUNES (op. cit., nota 1, p. 37), mesmo nos sistemas de produção flexível “os operários podem sentir-se responsáveis pela qualidade [da produção], mas nem a qualidade dos elementos e dos grupos, nem a concepção dos

[produtos], nem a decisão de [produzi-los] dependem deles”. A presença forte, na confecção dos produtos fabricados com os fios e tecidos do algodão colorido, do trabalho artesanal desconcentrado, e que não segue os ditames da produção em série, permite-nos afirmar que há, nesse processo, fortes indícios da presença de formas de organização do trabalho típicas do período de transição supra-referido.

Outrossim, a amálgama de características típicas das formas de organização do trabalho fordista com formas flexíveis, artesanais e tradicionais, constitui-se como traços típicos das mudanças em curso no regime de acumulação capitalista (HARVEY, op. cit. ; ANTUNES, op. cit.).

A confecção de produtos singulares e em pequenos lotes a partir do algodão colorido, com o objetivo de atender às demandas existentes ou criadas de nichos de mercados (nacional e internacional) e que solicitam produtos diferenciados e pequenos pedidos, possibilita à indústria têxtil e às confecções trabalharem com pequenos estoques de matérias-primas e fazerem a reposição dos produtos somente depois da sua venda. Essas características explicam o perfil da produção do algodão colorido no campo, em pequena escala e bastante pulverizada territorialmente. Confirmando o caráter de economia de escopo do seu circuito espacial de produção.

Na atualidade, a mercadificação do conhecimento científico e da técnica, e a importância que a informação passou a dispor para a realização dos investimentos produtivos, revelam outras nuances da chamada transição no regime de acumulação do capitalismo. Embora isso suscite questionamentos éticos, tais variáveis, que compõem o que SANTOS (1998; 1999 e 2005) chama de meio técnico-científico-informacional, pois se territorializaram e passaram a compor a “cara” geográfica da globalização, tornam-se essenciais para o entendimento da criação das variedades coloridas de algodão, para o desenvolvimento da sua produção e para facilitar as relações entre os agentes sociais que participam do seu circuito espacial de produção, tecendo assim os seus círculos de cooperação. Como já frisado, foi o conhecimento científico que permitiu à EMBRAPA criar, através do cruzamento de espécies e melhoramento genético, as variedades coloridas de algodão. A criação, pela referida empresa, de um portal na Internet para facilitar as relações entre os agentes sociais presentes em todas as etapas da produção dos algodões coloridos é exemplar do papel que a informação dispõe para a realização de todas as etapas da sua produção.

Assim, desde a manipulação científica para a sua criação pela EMBRAPA, passando pela produção direta no campo, pelo beneficiamento, pela transformação em fios e tecidos e em produtos diversos, até chegar aos mercados de consumidores, etapas repartidas entre diversos agentes sociais e lugares, e reunidas através dos fluxos de capitais, informações, mensagens, normas e ordens, o algodão colorido da Paraíba traça verdadeiros circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Desse modo, todas essas questões devem ser consideradas nas análises das estratégias de aproveitamento econômico do algodão colorido e na constituição da sua respectiva geografia.

## **Considerações finais**

As transformações constantes das forças produtivas e das relações de produção são características intrínsecas do capitalismo. No afã do lucro, sua essência primeira, esse modo de produção não sobreviveria “sem revolucionar os instrumentos de produção e, por

consequente, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (MARX e ENGELS, 2004, p. 48).

Para continuar existindo, o capitalismo precisa dissolver “todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis, envelhecer as novas antes mesmo que se consolidem” (idem). Portanto, para remover qualquer entrave ao processo de acumulação e destruir toda regulação política e social na compatível, o capitalismo “volatiliza o que é sólido e estável, profana tudo o que é sagrado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações de reciprocidade” (idem).

Tudo indica que estamos vivendo, como já foi vivido em outras épocas de existência desse modo de produção, um novo período, em que, em função dos problemas no regime de acumulação e no seu modo de regulamentação social e política correlato (fordismo/keynesianismo), o capitalismo “dissolve o que é sólido no ar”, para dar margem a outra forma mais satisfatória de acumulação e de regulamentação (acumulação flexível/neoliberalismo). Se isso é uma tendência duradoura ou um reparo temporário, não sabemos. O certo é que precisamos encarar esse processo dialético como a negação de uma síntese anterior não satisfatória a esse modo de produção, configurando-se como uma nova síntese ideal para esse sistema, porém, pronta para ser despedaçada quando apresentar problemas. Isso nos obriga a entender esse momento e seu espaço geográfico correspondente, seja de transformações definitivas ou reparo temporário, como algo pré-determinado à superação, afinal não chegamos “ao fim da história, como conclamou Fukuyama” (ANDERSON, 1992).

A transformação do “capitalismo sólido em capitalismo líquido” (BAUMAN, 2001), do fordismo à acumulação flexível (ANTUNES, 1999; HARVEY, 1998), tem sido considerada nas análises de estudiosos dos mais diversos campos do conhecimento humano. Para alguns, estamos vivendo a passagem da modernidade à pós-modernidade; outros afirmam que o atual momento é marcado pelo reforço de tendências já presentes na modernidade e que a única novidade é o caráter ubíquo do capital financeiro (HARVEY, op. cit.); uns acreditam que estamos vivendo em plena era pós-industrial; existem aqueles que defendem que estamos vivendo na era do informacionalismo (CASTELLS, 1999); há quem afirme que com a globalização capitalista o espaço geográfico se mundializou e passou a apresentar forte tendência à formação de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999 e 2005), entre tantas outras argumentações.

Não foi nossa pretensão, aqui, estabelecer nossa posição acerca desses debates. Nossa única intenção nesse trabalho foi refletir sobre como os processos em marcha contribuíram para o surgimento da geografia da produção do algodão colorido da Paraíba.

È evidente que uma conclusão definitiva sobre as relações entre esses processos e a emergência dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido paraibano seria apressada, e isso foge ao rigor exigido pela pesquisa científica. Falta-nos montar o edifício empírico que confirme plenamente essas ligações.

Todavia, é inegável que existem indícios fortes de que a transição do fordismo à acumulação flexível possibilitou a emergência do algodão colorido como cultura comercial e a constituição de sua geografia no Estado da Paraíba. Elementos típicos desse processo de transição foram percebidos em nossas primeiras investigações sobre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação da referida malvacea, tais como: forte presença de economias de escopo; difusão da subcontratação e terceirização no desenvolvimento da produção; ampla utilização de sistemas de trabalho antigos; forte

participação de processos produtivos artesanais e tradicionais; perfil empresarial horizontal; flexibilização dos produtos e dos padrões de consumo; forte relação com os padrões estéticos que celebram a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais; importância do conhecimento científico, da tecnologia e da informação no desenvolvimento dos processos de produção, entre outros.

Por fim, essa reflexão nos permitiu apresentar nossa problemática de tese, esboçar nossos objetivos, contextualizar a emergência desse novo produto da agricultura brasileira, fazer as primeiras considerações sobre os rebatimentos sócio-espaciais da sua produção e lançar mão de algumas das nossas categorias de análise para esboçar o primeiro exercício explicativo desse evento. Esperamos ter cumprido, pelo menos, parte dos objetivos desse artigo.

## Referências

ANDERSON, Perry. **O fim da história:** de Hegel a Fukuyama. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANTONGIOVANNI, Lídia. Território e informação: a publicidade como elemento constitutivo do meio técnico-científico-informacional. In: SOUZA, Maria Adélia A. (org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In: \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Susan. O desafio ambiental. In: GREGORY, Dederek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana:** sociedade, espaço e ciência. Tradução de Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. Tempo/Espaço. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade líquida.** Tradução de Plínio Dientzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dientzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECKER, Berta K. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: \_\_\_\_\_.; CHRISTIFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany R. ; GEIGER, Pedro P. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BELTRÃO, Napoleão Esberard de M. O algodão colorido no Brasil e no Mundo. In: \_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Alderi Emílio de. **Algodão:** o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução de Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Conelius. Via sem saída?. In: \_\_\_\_\_. **O mundo fragmentado:** as cruzilhadas do labirinto III. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

COOPERATIVA NATURAL FASHION. Disponível em <http://www.naturalfashion.com.br>. Acesso em 07/02/2006.

EMBRAPA E SAAB DEFINEM ZONEAMENTO PARA O PLANTIO DE ALGODÃO, MILHO E SORGO NA PARAÍBA. Disponível em [www.cnpa.embrapa.br/publicações/2004/comunicado/2004](http://www.cnpa.embrapa.br/publicações/2004/comunicado/2004). Acesso em novembro de 2005.

FARIAS Paulo Sérgio C. O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido da Paraíba (1989-2005): considerações iniciais. In: SIMPÓSIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 3, Recife. **Anais...** Recife: DCG/CFCH/UFPE, 2005.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **O algodão colorido do Brasil.** Campina Grande: Embrapa Algodão, 2000 (folder de divulgação).

GONÇALVES, Carlos Walter P. Notas para uma interpretação não ecológica do problema ecológico. In: MOREIRA, Rui (org.). **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. In: **Ambiente e Sociedade**. Vol V, nº 2, ago./dez. 2002. Vol. VI, nº 1, jan./jul. 2003, pp. 9-22.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividades**. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003 (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004 (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor).

MOREIRA, Emilia de Rodat F.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

PINHEIRO, Leandro. Programa de fortalecimento da cadeia produtiva do setor têxtil. In: LOTTA, Gabriela S.; BARBOSA Hélio B.; Teixeira, Marco Antonio C.; PINTO, Verena (orgs.). **20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada do nosso tempo**. Tradução de Janer Cristaldo. Campinas: Papirus, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Técnica/espaço/tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005 (Coleção Milton Santos; 5).

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: metáforas do capitalismo. Disponível em [www.territorial.org.com.br](http://www.territorial.org.com.br). Acesso em 09/11/2003.